

Rogério Lessa Horta<sup>I</sup>  
Bernardo Lessa Horta<sup>II</sup>  
Ricardo Tavares Pinheiro<sup>III</sup>  
Manuela Krindges<sup>IV</sup>

# Comportamentos violentos de adolescentes e coabitação parento-filial

## Violent behavior in adolescents and parent-child cohabitation

---

### RESUMO

**OBJETIVO:** Analisar a associação entre comportamentos violentos de adolescentes e a coabitação parento-filial.

**MÉTODOS:** Estudo transversal de base populacional realizado na área urbana de Pelotas, RS, em 2002, com amostragem em múltiplos estágios. Foram entrevistados 960 adolescentes com utilização de questionário auto-aplicado. As variáveis dependentes (uso de armas e envolvimento em brigas no último ano foram referidos pelos adolescentes) e a variável independente coabitação parento-filial foram submetidas a análise pelo teste de qui-quadrado e razão de prevalências, ajustada para idade, sexo, nível socioeconômico e relato de uso na vida e recente de álcool, tabaco ou drogas ilícitas.

**RESULTADOS:** O envolvimento em brigas no último ano foi referido por 23% dos sujeitos e o uso de armas por 9,6%. A razão de prevalência de ocorrência desses comportamentos foi de 1,38 (IC95%: 0,71; 2,68,  $p = 0,34$ ) para envolvimento em brigas e de 1,68 (IC95%: 1,06; 2,67,  $p = 0,03$ ) para uso de armas, tendo como referência sujeitos que coabitavam com pai, com mãe ou com ambos.

**CONCLUSÕES:** A coabitação parento-filial deve ser considerada em políticas de prevenção ao uso de armas por crianças e adolescentes, mas recomenda-se o cuidado de não estigmatizar crianças e adolescentes que não coabitam com pais e mães.

**DESCRIPTORIOS:** Comportamento do Adolescente. Violência. Relações Pais-Filho. Relações Familiares. Fatores Socioeconômicos. Estudos Transversais.

<sup>I</sup> Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, RS, Brasil

<sup>II</sup> Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Departamento de Medicina Social. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil

<sup>III</sup> Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento. Escolas de Medicina e Psicologia. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil

<sup>IV</sup> Curso de Graduação em Psicologia. Unisinos. São Leopoldo, RS, Brasil

**Correspondência | Correspondence:**  
Bernardo Lessa Horta  
R. Triunfo, 3080 – Laranjal  
96090-790 Pelotas, RS, Brasil  
E-mail: blhorta@uol.com.br

Recebido: 29/11/2009  
Aprovado: 23/4/2010

Artigo disponível em português e inglês em:  
[www.scielo.br/rsp](http://www.scielo.br/rsp)

---

**ABSTRACT**

**OBJECTIVE:** To analyze the association between violent behavior in adolescents and parent-child cohabitation.

**METHODS:** A population-based cross-sectional study with multiple-stage sampling was performed in the urban area of the city of Pelotas, Southern Brazil, in 2002. A total of 960 adolescents were interviewed using a self-applied questionnaire. The dependent variables (use of weapons and involvement in fights in the previous year were reported by adolescents) and the independent variable (parent-child cohabitation) were analyzed with the chi-square test and prevalence ratios, adjusted for age, sex, socioeconomic level and reporting of alcohol, tobacco or illicit drug use, both recently and throughout life.

**RESULTS:** Involvement in fights in the previous year was reported by 23% of participants and use of weapons by 9.6%. Prevalence ratios of occurrence of such behaviors was 1.38 (95% CI: 0.71; 2.68,  $p=0.34$ ) for involvement in fights and 1.68 (95% CI: 1.06; 2.67,  $p=0.03$ ) for use of weapons, including “adolescents living with the father, mother or both” as reference.

**CONCLUSIONS:** Parent-child cohabitation must be considered in policies aimed at preventing the use of weapons by children and adolescents, although it is recommended that care should be taken not to stigmatize children and adolescents who do not live with their fathers and mothers.

**DESCRIPTORS:** Adolescent Behavior. Violence. Parent-Child Relations. Family Relations. Socioeconomic Factors. Cross-Sectional Studies.

---

**INTRODUÇÃO**

Segundo a Organização Mundial da Saúde,<sup>a</sup> a violência é um fenômeno comum a todos os países e qualquer indivíduo já esteve envolvido direta ou indiretamente em situações que caracterizam alguma forma de violência. Os jovens aparecem nesse contexto como perpetradores e como vítimas de atos violentos. Em estudo na cidade de Pelotas, RS, entre os nascidos na coorte de 1982, os óbitos por causa externa foram responsáveis por 64% das mortes na faixa etária dos 15 aos 24 anos.<sup>9</sup> Frequentemente, o comportamento violento é relacionado à idéia de juventude e tido como esperado em muitas situações.<sup>3</sup> Isso pode levar à valorização positiva do uso da força e à busca do desenvolvimento de competências para esse fim, com reforço das crenças que estabelecem o uso de violência como meio de resolução de conflitos, num processo recursivo.<sup>b</sup>

Entre as principais características relacionadas à violência estão: a capacidade de modular as próprias emoções; a capacidade de resolução de problemas; sentir-se aceito ou não pela família e pela comunidade em que vive; e principalmente a qualidade da relação com os cuidadores.<sup>12</sup> Essas características referem-se a experiências precoces na vida das crianças, mediadas

pela composição e pelo funcionamento de seu grupo familiar.

Ao mesmo tempo em que a família pode exercer a função de proteção psicossocial e propiciar um ambiente favorecedor de bem-estar, pode também ser modelo para a violência. Situações de violência doméstica sofridas diretamente por crianças e adolescentes ou sua exposição a situações de violência conjugal podem ser indutoras de comportamentos violentos perpetrados mais tarde pelos adolescentes.<sup>12,14,17</sup>

Atualmente, há grande diversidade de constelações familiares.<sup>2,10</sup> Nos novos cenários, coabitar não é mais uma regra para a formação dos grupos familiares. A coabitação não garante a qualidade do contato entre pessoas adultas e seus filhos e filhas; viabiliza apenas o compartilhamento do mesmo ambiente físico, podendo facilitar contatos verbais e não verbais. O contato com os pais pode mediar e estar mediado pelo desenvolvimento de crenças específicas.<sup>6</sup> A crença no comportamento violento como alternativa efetiva e louvável para a solução de conflitos, por exemplo, é parte importante dos fenômenos ligados à expressão de comportamentos violentos.

---

<sup>a</sup> Organización Mundial de la Salud. Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen. Washington; 2002.

<sup>b</sup> Abramovay M, Waiselfisz JJ, Andrade CC, Rúa MG. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond; 2004.

A coabitação pode tanto facilitar quanto dificultar o estabelecimento do vínculo de apego. Escores elevados de apego ao pai que não coabita e/ou ao padrasto que coabita mostram-se protetores ao surgimento de problemas externalizantes em adolescentes (comportamentos agressivos ou delinquentes), mas o maior benefício se estabelece quando há apego a ambos. Por outro lado, escores de apego à mãe que coabita guardam uma relação inversa com a ocorrência de problemas internalizantes.<sup>11</sup>

Comparando adolescentes que não moram com pai nem com mãe e o grupo que vive com ambos ou com pelo menos um, a referência ao uso recente de substâncias ilícitas (maconha, cocaína e outras) aparece como mais prevalente entre os que não coabitam com nenhum deles. O consumo de bebidas alcoólicas foi referido de modo equivalente entre os grupos.<sup>8</sup> O uso dessas substâncias pode estar associado à ocorrência de comportamentos violentos.<sup>3,6</sup>

A coabitação parento-filial parece ter impacto sobre os vetores psicossociais de comportamentos violentos de adolescentes e a não coabitação está cada vez mais presente na contemporaneidade. Entretanto, revisão das bases de dados nos últimos dez anos não levou a estudos que dimensionassem diferenças quanto à ocorrência de comportamentos violentos entre adolescentes que coabitassem ou não com seus pais.

O objetivo do presente estudo foi analisar a associação entre comportamentos violentos de adolescentes e coabitação parento-filial.

## MÉTODOS

O estudo foi realizado em Pelotas, RS,<sup>3,8,10</sup> em 2002. Foram entrevistados 960 adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 15 e 18 anos.

A amostragem foi feita em múltiplos estágios, a partir dos 448 setores censitários da zona urbana. Em 2001, estimava-se haver cerca de 104.000 domicílios e 18.000 jovens na faixa etária escolhida para o estudo.<sup>c</sup> Foram visitados 7.740 domicílios de 90 setores por 15 entrevistadores. Em cada domicílio sorteado, foram entrevistados todos os adolescentes elegíveis, após consentimento por escrito dos pais ou responsável. Não foi registrado o número de entrevistas realizadas por domicílio. Não foram visitadas instituições.

Não foi realizada entrevista com 79 (7,6%) de 1.039 adolescentes localizados. Tais perdas ocorreram devido a recusas dos pais ou responsáveis em consentir a participação dos filhos, ou dos próprios adolescentes em participar ou por não terem sido encontrados em casa após três revisitas.

As entrevistas foram feitas individualmente e utilizados questionários de autopreenchimento, sem dados de identificação pessoal. Nos casos de adolescentes analfabetos ou que alegassem dificuldade de compreensão do questionário, as perguntas eram lidas pelo entrevistador, que assinalava as respostas obtidas.

O comportamento violento do adolescente foi avaliado nos itens envolvimento em briga nos 12 meses anteriores à entrevista (sim; não) e uso de arma de qualquer tipo nos 12 meses anteriores à entrevista (sim; não).

As variáveis independentes utilizadas foram: sexo (masculino; feminino); idade (em anos completos); nível socioeconômico (A, B, C, D ou E), definido segundo a Escala de Indicadores de Classe Social da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), com base nos escores alcançados pela acumulação de bens materiais;<sup>3</sup> uso de bebidas alcoólicas, tabaco e drogas ilícitas (alguma vez na vida; uso recente nos 30 dias anteriores à entrevista); e coabitação parento-filial (morar com pai, mãe ou ambos; não morar com nenhum).

Foram sorteadas 5% das entrevistas e selecionadas questões a serem repetidas por outro avaliador para controle de qualidade do estudo. Não foi identificado nenhum caso de falsificação de entrevistas ou de entrevistados que negassem o primeiro contato com o grupo de pesquisa.

Para análise, adotou-se o teste de qui-quadrado com nível de significância de 5% para testar diferenças de proporções e a razão de prevalências (RP), com intervalos com 95% de confiança (IC95%). A RP foi controlada para sexo, idade, classe social dos adolescentes e relato de uso recente e uso na vida de álcool, tabaco ou drogas ilícitas.

O programa EpiInfo foi utilizado para a análise dos dados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) Processo n°. 0347-2/01-EM. Adolescentes que apresentassem indícios de sofrimento psíquico foram orientados quanto à possibilidade de buscarem atendimento junto à Clínica Escola do Curso de Psicologia da UCPel.

## RESULTADOS

Foram respondidos 960 questionários, dos quais 87,3% dos adolescentes moravam com pai, com mãe ou com ambos.

A Tabela 1 apresenta as frequências absolutas e relativas de envolvimento em briga ou uso de arma nos 12 meses que antecederam as entrevistas. O envolvimento em brigas nos 12 meses anteriores às entrevistas foi relatado por 23,0% dos entrevistados, e 9,6% dos adolescentes referiram uso de arma.

<sup>c</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados da amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro; 2004.

**Tabela 1.** Relato de envolvimento em brigas e de uso de armas segundo coabitação parento-filial. Pelotas, RS, 2002.

Variável	Coabitação parento-filial				Total	
	Sim		Não		n	%
	n	%	n	%		
Envolvimento em briga						
Sim	188	22,6	31	25,6	219	23,0
Não	644	77,4	90	74,4	734	77,0
Total	832	100,0	121	100,0	953	100,0
Uso de arma						
Sim	73	8,8	18	15,1	91	9,6
Não	755	91,2	101	84,9	856	90,4
Total	828	100,0	119	100,0	947	100,0

A Tabela 2 mostra que a coabitação parento-filial não esteve associada com o envolvimento em brigas, mesmo após controle para sexo, idade e nível socioeconômico dos adolescentes. Entretanto, o uso de armas apresentou associação. Após ajuste para confusão por nível socioeconômico, sexo e idade, a RP foi de 1,68 (IC 95%: 1,06;2,67),  $p = 0,03$ . Foi testada a possibilidade de que o maior uso de armas entre adolescentes que não coabitam com os pais estivesse mediado pelo uso de drogas ilícitas, mas não houve alteração significativa na RP de 1,57 (IC95%: 0,99;2,50) depois de controlar para essa variável. Trinta e três adolescentes referiram viver só com o pai, o que reduziu o poder ao estratificar a análise tomando separadamente a coabitação com pai e mãe. Em relação ao uso de armas, os grupos que coabitavam apenas com o pai ou apenas com a mãe tiveram um comportamento semelhante ao dos que coabitavam com ambos e distinto do grupo que não coabitava com nenhum deles. As razões de prevalência para uso de armas, tendo como referência o grupo que coabitava com ambos, foram de 1,78 (IC 95%: 1,09;2,90) ( $p = 0,01$ ) para os que não coabitavam com nenhum, 0,72

**Tabela 2.** Razões de prevalência para relato de envolvimento em brigas e de uso de armas entre adolescentes, segundo coabitação parento-filial. Pelotas, RS, 2002.

Variável	Coabitam	Não coabitam	IC 95%	p
Envolvimento em briga				
Bruto	Referência	1,46	0,77;2,80	0,25
Ajustado <sup>a</sup>	Referência	1,38	0,71;2,68	0,34
Uso de arma				
Bruto	Referência	1,72	1,09;2,69	0,02
Ajustado <sup>a</sup>	Referência	1,68	1,06;2,67	0,03
Ajustado <sup>b</sup>	Referência	1,57	0,99;2,50	0,06

<sup>a</sup> Ajustado para: sexo, idade do adolescente e nível socioeconômico.

<sup>b</sup> Ajustado para referência a uso de álcool ou drogas

(IC 95%: 0,17;3,00) ( $p = 0,65$ ) para os que coabitavam apenas com o pai e 1,20 (IC 95%: 0,75;1,91) para os que coabitavam apenas com a mãe ( $p = 0,44$ ).

## DISCUSSÃO

Considerando apenas os grupos de jovens que coabitavam com pelo menos um de seus pais e o grupo que não coabitava, observa-se que a referência ao uso de armas no último ano apareceu significativamente associada à não coabitação parento-filial, o que não foi observado para o envolvimento em brigas. Assumindo-se o uso de armas como predisposição para a violência e considerando que, nesse mesmo grupo de jovens, o envolvimento em brigas e o uso de armas estiveram associados entre si,<sup>16</sup> entende-se que os adolescentes que não coabitam com qualquer de seus pais estão mais predispostos ao envolvimento em situações violentas como os comportamentos estudados aqui. Os dados de nosso estudo e seu delineamento, do tipo transversal, não são suficientes para concluir sobre as origens de tal associação.

Armas podem estar associadas à busca de sensação subjetiva de segurança, além de outros valores simbólicos. A violência assume formas diversas em diferentes grupos populacionais: violência moral, psicológica, física, verbal, sexual, em assaltos, no trânsito, entre outras. Todas as causas externas de mortes podem conter alguma forma direta ou indireta de violência. O envolvimento em brigas, entendido aqui como disputa ou desentendimento que envolve formas diversas de agressão física entre dois ou mais sujeitos, dentro ou fora de casa,<sup>19</sup> é a forma mais simples e comum das vivências de violência por crianças e adolescentes. O uso de armas brancas ou de fogo não representa por si um ato de violência, mas a expectativa de vivência de uma situação violenta ou uma predisposição para vivências de violência. Mesmo entre profissionais que portam armas, como agentes policiais ou de segurança, seu porte implica preparação para situações de uso de força extrema.<sup>3,7,13</sup>

As famílias e o ambiente doméstico também se caracterizam como palco de vivência de situações de violência e ainda de aprendizados diversos quanto a essas vivências. Por muito tempo, os estudos sobre famílias e relações familiares tiveram por objetivo avaliar efeitos ou possíveis efeitos do divórcio dos pais sobre o comportamento de seus filhos, de um modo geral. Por isso, buscaram comparar a coabitação entre filhos e pai e mãe com a coabitação entre filhos e apenas o pai ou apenas a mãe.<sup>16</sup> Os resultados apresentados apontam a necessidade de se considerar a coabitação parento-filial e seus efeitos como presentes quando os filhos vivem sob o mesmo teto que qualquer um de seus pais.

A família, suas dinâmicas e o ambiente de convívio dos grupos familiares podem representar tanto uma estrutura protetora quanto um grupo social de risco.<sup>14</sup> Nesse sentido, o presente estudo tem como limitação o fato de não ter qualificado a ambiência familiar de convívio dos entrevistados como violenta ou não. As situações de violência familiar sofridas ou assistidas por crianças e adolescentes no ambiente doméstico são parte importante da gênese de comportamentos violentos nas populações adolescentes.<sup>17,d</sup> A coabitação pode ou não fazer parte da dinâmica de famílias abusadoras. A família não se desconstitui de suas funções sociais e seus membros não perdem, necessariamente, a possibilidade de convívio por não residirem sob o mesmo teto.<sup>18</sup> A ambiência familiar violenta pode não ter seus efeitos modificados pela não coabitação. Além disso, não foram caracterizados subgrupos entre as famílias com relação à preservação ou não do contato entre pais, mães e adolescentes. Também não foram destacados casos de não coabitação por morte dos pais. Não poderão ser examinadas eventuais diferenças entre esses subgrupos. Não morar na mesma casa pode estar associado a dinâmicas específicas, mas não necessariamente significa o afastamento do contato.

Deve-se considerar a possibilidade de omissão nas informações dadas pelos adolescentes, em função da natureza do tema. As variáveis estudadas são entendidas pela sociedade como comportamentos inadequados e tendem a ser reprimidos. O uso de questionário auto-aplicado e confidencial e a escolha de apenas duas variáveis com respostas objetivas e de fácil entendimento buscaram diminuir a ocorrência de erro de classificação. O desconhecimento do número de adolescentes entrevistados por domicílio impediu que a correlação intraclasse fosse controlada na análise. Estima-se que esse efeito seja reduzido por não terem sido visitadas instituições e pela relação entre o número de domicílios visitados e o número de adolescentes encontrados. Essa relação corresponde à de menos de um jovem entre 15 e 18 anos de idade por domicílio.

A arma de fogo não é considerada causa da violência, mas deve ser entendida como um instrumento usado para fins violentos. Ela pode ser utilizada como um instrumento de afirmação e demonstração de capacidade e poder. Soma-se a isso a facilidade de acesso às armas e uma cultura propícia, na qual demonstrações de poder e força são valorizadas.<sup>19</sup> Mesmo que o porte ou uso de arma esteja ligado a alegações defensivas, no caso desse grupo populacional trata-se, invariavelmente, de situação em conflito com a lei, uma vez que o acesso às armas é proibido a menores de 18 anos, idade máxima dos sujeitos entrevistados. Mesmo que não coabitar não implique abandono ou perda de contato, parece haver a

condição de desproteção, uma vez que a determinação legal não impede o acesso aos armamentos. Ressalta-se que a coabitação parento-filial não elimina a referência ao uso de armas ou ao envolvimento em brigas, os quais também não parecem suficientemente prevenidos ou contidos. A ocorrência de comportamentos violentos entre os jovens do presente estudo tem sido referida também em outras localidades.<sup>7</sup>

Se assumirmos que os comportamentos estudados denotam situação de violência vivida (envolvimento em brigas) e predisposição para atos violentos (uso de armas), o que acomete essa população configura amplo quadro de desproteção. Não apenas esses jovens envolveram-se em brigas e tiveram acesso a armas, como não foram impedidos de fazê-lo.

Deve-se ter cuidado ao analisar informações como essas e considerar a desproteção apenas na perspectiva do indivíduo e de sua rede familiar ou social. Da mesma forma, deve-se ter cautela para evitar interpretações distorcidas por interesses de classe ou econômicos.<sup>15</sup> O fato de não coabitarem não necessariamente indica que esses jovens estejam desprotegidos. A maior ocorrência do uso de armas entre adolescentes que não moravam com pai ou mãe indica que algo na configuração que substitui a coabitação contribui para a ocorrência desse comportamento ou a facilita. Esse elemento não parece ser o uso de álcool ou de outras drogas, apesar de a literatura indicar com frequência sua associação com o uso de armas.<sup>13</sup>

Essa população de jovens não está sujeita a campanhas de registro das armas de fogo ou às campanhas de desarmamento que envolvam procedimentos legais, pois seu contato ocorre à margem da legislação.

A proteção aos jovens pode vir caracterizada como níveis mais evidentes de desestímulo ao uso de meios violentos na resolução de conflitos, associado à promoção de capacidade de solução de crises e de tensões. O desenvolvimento de habilidades sociais, que podem ser ensinadas ou estimuladas em programas comunitários e nas escolas, pode ser uma das opções de ação. Iniciativas que promovam o resgate de vínculos com o território, com a cultura local e que estimulem a auto-estima podem também ter impacto sobre esse fenômeno.<sup>4</sup>

Destaca-se a importância da aplicação real das previsões legais já existentes e a presença factual do Estado no cotidiano. Não são necessárias medidas repressoras adicionais de caráter individual. Tampouco é preciso estimular punições severas nos ambientes familiares, já que são frequentemente associadas a agravos psíquicos.<sup>1</sup> O Brasil mantém índices de ocorrência de comportamentos em conflito com a lei maiores

<sup>d</sup> Minayo MCS. Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes. In: Ministério da Saúde. Violência faz mal à saúde. Brasília; 2004. p.13-6.

que os do Canadá, que aplica medidas repressivas e punitivas semelhantes às brasileiras, o que sugere que apenas sanções não sejam suficientes para solucionar essa questão.<sup>5</sup> O Estado precisa se fazer presente nas comunidades, impedindo o acesso ilegal de armamentos nos diferentes territórios, e por meio da escuta e da participação local, que pode satisfazer as tarefas de valorização e resgate de vínculos e auto-estima.

O porte e uso de armas por adolescentes precisa ser foco de ações específicas e a variável coabitação parento-filial pode ser usada como indicadora de maior probabilidade de ocorrência desse comportamento. Podem ser identificadas as populações infanto-juvenis que não coabitam com seus pais e a elas ser oferecida atenção diferenciada, mas não exclusiva. É preciso atenção para não haver estigmatização da população jovem que não coabita com os pais, uma vez que o relato de uso de armas esteve presente também entre aqueles que apresentam coabitação parento-filial. Interpretações distorcidas dos dados deste estudo podem levar a regras simplificadas, desconsiderando um contingente considerável de jovens.

A estigmatização também pode envolver os jovens de um modo geral, especialmente em função da elevada ocorrência desses comportamentos nessa população. Afirmar que a agressividade e a violência praticadas por jovens são esperadas pode contribuir também para a banalização desses comportamentos, o que serviria de reforço a esses comportamentos e para a expansão dessas manifestações. A preocupação crescente acerca da compreensão do fenômeno deve considerar cada adolescente como sujeito e evitar generalizações. Isso torna necessário que a análise dos eventos violentos inclua vetores socioambientais, como família, gênero, classe social, nacionalidade, etnia e outros.<sup>3,14</sup>

Em síntese, o desfecho envolvimento em brigas não se mostrou dependente do convívio sob o mesmo teto com pai ou mãe, enquanto o uso de armas sim. A prevalência desses desfechos e sua magnitude, especialmente do uso de armas, é preocupante e deve servir de referência para outros estudos. Recomenda-se evitar perspectivas que reforcem a banalização da violência, como a indicação de que comportamentos violentos são esperados entre adolescentes.

## REFERÊNCIAS

1. Bordin IAS, Paula CS, Nascimento R, Duarte CS. Severe physical punishment and mental health problems in an economically disadvantaged population of children and adolescents. *Rev Bras Psiquiatr.* 2006;28(4):290-6. DOI:10.1590/S1516-44462006000700008
2. Costa LF, Féres-Carneiro T. Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. *Psicol Reflex Crit.* 1992;8(Supl):495-504.
3. Cruzeiro ALS, Silva RA, Horta BL, Souza LDM, Faria AD, Pinheiro RT, et al. Prevalência e fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes: um estudo de base populacional. *Cad Saude Publica.* 2008; 24(9):2013-20. DOI:10.1590/S0102-311X2008000900007
4. De La Barra F, Toledo V, Rodriguez J. Estudio de salud mental en dos cohortes de niños escolares de Santiago occidente. I: Prevalencia y seguimiento de problemas conductuales y cognitivos. *Rev Chil Neuro-Psiquiatr.* 2002;40 (1):9-21. DOI:10.4067/S0717-92272002000100002
5. Gallo AE. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicol Estud.* 2008;13(2):327-34. DOI:10.1590/S1413-73722008000200015
6. Garbarino J. Why are adolescents violent? *Cienc Saude Coletiva.* 2009;14(2):533-8. DOI: 10.1590/S1413-81232009000200021
7. Guralh SA, Migliorini SRO. Adolescência - violência: desperdícios de vidas. *Rev Bras Educ.* 2008;13(38):399-400. DOI:10.1590/S1413-24782008000200016
8. Horta RL, Horta BL, Pinheiro RT. Drogas: Famílias que protegem e que expõem adolescentes ao risco. *J Bras Psiquiatr.* 2006;55(4):268-72. DOI:10.1590/S0047-20852006000400002
9. Horta BL, Gigante DP, Candiota JS, Barros FC, Victora CG. Monitorização da mortalidade na coorte de nascimentos de 1982 a 2006, Pelotas, RS. *Rev Saude Publica.* 2008;42(Supl 2):108-14. DOI:10.1590/S0034-89102008000900015
10. Horta RL, Horta BL, Pinheiro RT, Morales B, Strey MN. Tabaco, álcool e outras drogas entre adolescentes em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: uma perspectiva de gênero. *Cad Saude Publica.* 2007;23(4):775-83. DOI:10.1590/S0102-311X2007000400005
11. King V. The Antecedents and Consequences of Adolescents Relationships With Stepfathers and Nonresident Fathers. *J Marriage Fam.* 2006;68(4):910-28. DOI:10.1111/j.1741-3737.2006.00304.x
12. Phebo L, Moura ATMS. Violência urbana: um desafio para o pediatra. *J Pediatr (Rio J.).* 2005;81(5):187-96. DOI:10.1590/S0021-75572005000700009
13. Pillon SC, O'Brien B, Chavez KAP. The relationship between drugs use and risk behaviors in brazilian university students. *Rev Latino-Am Enfermagem.* 2005;13(Spec 2):1169-76. DOI:10.1590/S0104-11692005000800011
14. Robinson J, Haydes P, Mantz-Simons L. Children's story stem responses: A measure of program impact on developmental risks associated with dysfunctional parenting. *Child Abuse Neglect.* 2000;24(1):99-110. DOI:10.1016/S0145-2134(99)00117-9
15. Santos MFS, Alessio RLS, Silva JMMN. Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psic Teor Pesq.* 2009;25(3):447-52. DOI:10.1590/S0102-37722009000300020
16. Silva RA, Jansen K, Godoy RV, Souza LDM, Horta BL, Pinheiro RT. Prevalência e fatores associados a porte de arma e envolvimento em agressão física entre adolescentes de 15 a 18 anos: estudo de base populacional. *Cad Saude Publica.* 2009;25(12):2737-2745. DOI:10.1590/S0102-311X2009001200020
17. U.S. Preventive Services Task Force. Screening for family and intimate partner violence: recommendation statement. *Ann Fam Med.* 2004;2(2):156-60. DOI:10.1370/afm.128
18. Wagner A, Ribeiro LS, Arteche AX, Bornholdt EA. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicol Reflex Critica.* 1999;12(1):147-56. DOI:10.1590/S0102-79721999000100010
19. Zaluar A, Leal MC. Violência extra e intramuros. *Rev Bras Ci Soc.* 2001;16(45): 145-64. DOI:10.1590/S0102-69092001000100008

---

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS – Processo no: 01/1552.9).

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.